MOVIMENTOS REACIONÁRIOS À TEORIA FREIREANA: UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DE PROJETOS DE LEI PROPOSTOS ENTRE 2015 E 2020

,Maria Regina Santos Monteiro ,,[1]
Fernando da Silva Cardoso[2],

RESUMO

A pesquisa objetiva compreender o que levou e o que leva o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire, um dos maiores pensadores da pedagogia mundial, ser mal visto por uma parcela significativa dos brasileiros. Faz-se necessário, então, compreender como os movimentos reacionários se constituem atualmente e como influenciam no processo de ataque ao pensamento freireano. Analisa-se quais as intersecções entre os movimentos reacionários, Paulo Freire e o movimento Escola Sem Partido, que ganhou notório espaço durante o ano de 2015, quando teve seu primeiro Projeto de Lei proposto no Congresso Nacional. Na análise dos Projetos de Lei que versam sobre a destituição de Paulo Freire como patrono da educação brasileira, observamos o uso reiterado do argumento de que Freire é o culpado pela baixa qualidade do ensino brasileiro, além da produção de um discurso afirmando que Freire é um doutrinador de esquerda, que utiliza sua teoria como forma de propagar sua opinião política, bem como afirmam que ele incentiva à balbúrdia e a insubordinação. Dessa maneira, os ataques proferidos contra Freire se colocam dentro de uma contraposição política, em que esses movimentos conservadores, neofascista, servem ao neoliberalismo e buscam delimitar o conteúdo ensinado nas escolas brasileiras, de forma que

[1]Universidade de Pernambuco (UPE)
[2]Universidade de Pernambuco (UPE)

utilizam Freire como ponto de partida para desarranjar sua obra e o modelo de educação crítica e progressista que ele representa.

Palavras-chave
Movimentos Reacionários. Paulo Freire. Escola Sem Partido.

ABSTRACT

Education, Paulo Freire, one of the greatest thinkers in global pedagogy, to be viewed unfavorably by a significant portion of Brazilians. It is necessary, then, to comprehend how reactionary movements are currently forming and how they influence the attack on Freirean thinking. We analyze the intersections between reactionary movements, Paulo Freire, and the "Escola Sem Partido" (School Without Party) movement, which gained significant prominence in 2015 when its first bill was proposed in the National Congress. In the analysis of the bills that deal with the removal of Paulo Freire as the patron of Brazilian education, we observe the repeated use of the argument that Freire is to blame for the low quality of Brazilian education. Additionally, there is a production of discourse asserting that Freire is a left-wing indoctrinator who uses his theory to propagate his political views, as well as claims that he encourages disorder and insubordination. In this way, the attacks against Freire fall within a political opposition, in which these conservative and neo-fascist movements serve neoliberalism and seek to limit the content taught in Brazilian schools, using Freire as a starting point to undermine his work and the model of critical and progressive education that he represents.

Keywords
Reactionary Movements. Paulo Freire. School Without Party.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire é patrono da educação brasileira, desde abril de 2012, por meio do projeto de Lei nº 12.612, além de ser aclamado interna cionalmente como um dos maiores pensadores da pedagogia mundial. Durante o período ditatorial brasileiro as ideias de Freire já circulavam o mundo. Porém, no Brasil, Freire era

pouco conhecido, o que perdurou até momentos próximos à retomada da democracia. A ditadura militar brasileira se constituiu como uma onda reacionária, na qual os reacionários tentaram de tudo para deturpar as ideias de Paulo Freire, de tal maneira, que Paulo se tornou um dos principais alvos da ala mais conservadora brasileira, o que persiste até depois de sua morte.

Entende-se por movimentos reacionários aqueles que são constituídos por setores conservadores que pretendem reconstituir antigos costumes e tradições que versam sobre bons valores e moralidade. Logo, tentam em larga escala, eliminar ideias revolucionárias e progressistas. Antes de tudo, é imprescindível reconhecer a importância de Paulo Freire para a Educação ocidental. Ele é uma das pessoas mais importantes na história da Educação mundial, além de ser o brasileiro mais homenageado internacionalmente, recebeu 29 títulos de Doutor Honoris Causa das universidades mais prestigiadas do mundo. É por isso que sua genialidade é incontestável, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

Logo, os ataques proferidos contra Freire se colocam dentro de uma contraposição política, uma disputa, que se distancia do mero discurso. O que acaba sendo efetivado pelo Congresso Nacional, por meio de Projetos de Lei (PL's), que buscam delimitar o conteúdo ensinado nas escolas brasileiras, como é o caso dos movimentos que pretendem destituir Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, o movimento Escola Sem Partido (ESP). Dessa forma, os Projetos de Lei que versam sobre Freire tentam em maior ou menor grau, de forma descontextualizada, desarranjar toda a estrutura da teoria freireana depositando nela os problemas educacionais brasileiros, como se o método de Paulo Freire fosse o vigente nas escolas brasileiras.

Diante do exposto, o problema de pesquisa é: em que medida o movimento reacionário a teoria freireana se constitui na atualidade partindo dos Projetos de Lei propostos no período de 2015 a 2020?. Secundariamente, questiona-se de que maneira tais elementos conservadores influenciam nas decisões sócio-políticas atualmente? Questiona-se, também, a relação existente entra o discurso de deturpação de Freire e o crescimento exponencial dos movimentos reacionários no Brasil.

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é: Investigar de que maneira o movimento reacionário a teoria freireana se constitui na atualidade partindo dos projetos de lei propostos no período de 2015 a 2020. Em termos de objetivos específicos tem-se: refletir acerca da constituição dos movimentos reacionários à teoria de Paulo Freire durante os anos de 2015 a 2020; além de compreender de

que maneira se desenvolveu a deturpação da teoria freireana, por meio dos Projetos de Lei propostos pelos partidos conservadores entre os anos de 2015 a 2020; e, por fim, analisar a influência dos movimentos reacionários na instituição do movimento Escola Sem Partido por meio dos Projetos de Lei propostos entre os anos de 2015 a 2020.

METODOLOGIA

O método utilizado para desenvolver a pesquisa é o indutivo, por meio do qual a pesquisa parte da análise de contextos singulares para chegar a conclusões mais amplas (Gerhardht; Silveira, 2009). Logo, a presente pesquisa parte da análise dos PL's propostos durante os anos de 2015 a 2020, que versam a respeito da implementação da teoria freireana no ambiente educacional no Brasil. Desse modo, o que se busca analisar é, singularmente, a maneira como os movimentos reacionários influenciam no processo de criação legislativo, possibilitando a compreensão deste mesmo processo em micro contextos paralelos.

A abordagem utilizada é a qualitativa (Minayo, 2012). Nestes termos, a categorização do universo temático eleito busca compreender o processo supracitado, dispensando a criação de dados números para alcançar as análises desejadas. Assim, a pesquisa é desenvolvida de maneira analítica e crítica, com a expectativa de minuciar as influências de filosofias reacionárias na educação brasileira, aspectos esses que dispensam quantificações.

Com o intuito de delinear os fenômenos sociopolíticos que influenciam os PL's, delimita-se o caráter exploratório-descritivo do estudo (Gerhardht; Silveira, 2009). No que concerne à qualidade exploratória, verificamos seu protagonismo durante o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, pois é a partir dela que será construída a familiaridade das análises documentais com a temática eleita. Já a característica descritiva está presente na sistematização dos PL's, com o objetivo de agrupar informações e prosseguir com a exploração dos achados durante a pesquisa.

Quanto à técnica de coleta de dados, temos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental (Fonseca, 2002). Dessa forma, a análise documental é realizada a partir dos PL's propostos durante os anos de 2015 a 2020, encontrados no Portal da Câmara dos Deputados, especificamente aqueles que tratam diretamente sobre Paulo Freire, Escola Sem Partido e Educação. Por sua vez, a pesquisa bibliográfica ganha protagonismo na fundamentação teórica, quando estabelece o alicerce para as análises realizadas pela pesquisa documental e problematizam

a onda reacionária no Brasil e na educação. Deste modo, foram compilados artigos e livros retirados do Portal de Periódicos da CAPES, do acervo Paulo Freire, do Repositório da USP e da Scielo.

Por último, as técnicas de análise de dados são a análise de conteúdo (Zanella, 2013) e análise de discurso (Orolandi, 2009). A análise de conteúdo é observada pelo desenvolvimento da pesquisa documental, em que é viabilizada a categorização dos materiais ali dispostos, para uma futura problematização. A análise do discurso versa se debruçar na compreensão das mensagens extraídas dos livros de Paulo Freire, bem como dos PL's que focam no enaltecimento da onda reacionária no campo da educação, compreendendo assim os significados que permeiam tais manifestações linguísticas, explícita e implicitamente.

Ressalta-se que a dinâmica do texto não seguirá o modelo tradicional de descrição e apresentação dos casos eleitos para, somente depois, problematizá-los. A construção da pesquisa é feita de forma a exibir os casos práticos em diálogo com a própria discussão teórica. Assim, todo o texto apresenta o caráter descritivo e explicativo dos temas e casos eleitos, de modo que os subitens são construídos de forma a relacionar questões ligadas à fundamentação teórica e apresentação de conceitos e teorias em paralelo com os casos em si.

A CONSTITUIÇÃO DE MOVIMENTOS REACIONÁRIOS NO BRASIL: ATAQUES À OBRA E A TEORIA DE PAULO FREIRE

Primeiramente, para compreender o processo de constituição dos movimentos reacionários a teoria de Paulo Freire, é necessário observar a trajetória do conservadorismo no Brasil, para delimitar o viés histórico do que vem a se constituir de 2015 a 2020 no cenário político brasileiro e suas ramificações.

O Brasil, assim como muitos países da América Latina, possui grande influência da igreja católica, não só enquanto uma entidade religiosa, mas na formação cultural e política do país. Portanto, o conservadorismo católico está intrinsecamente enraizado na sociedade brasileira, assim como remodelou suas formas de atuação com a modernidade. O século XX trouxe diversas mudanças para a sociedade com o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação, ocasionando transformações em que a igreja acabou perdendo seu protagonismo.

Porém, as alas mais conservadoras da sociedade brasileira lutavam pela continuidade das relações sociais, políticas, familiares, assim, combatiam para que não houvessem mudanças no cenário social brasileiro e, por isso, "a Igreja Católica foi escolhida por todos os conservadores como modelo comunitário para o

controle da sociedade civil" (Silva Júnior, 2006, p. 20). A ação política da igreja voltava-se ao fato dela possuir inimigos em comum com os conservadores, o liberalismo e o comunismo, "inimigos não apenas materiais mas também espirituais." (Silva Junior, 2006, p. 29).

Já durante a ditadura militar, contexto histórico que teve amplo apoio dos setores conservadores brasileiros, existia, por parte dos militares, forte defesa do cristianismo e grande ataque ao comunismo e/ou tudo que fosse enquadrado como subversão à ditadura de 64. Esses ataques eram respaldados no argumento de defesa da soberania nacional.

Para tanto, a influência da igreja era tanta que foi promulgado o Decreto-lei nº 869/69 que implantava nas escolas a disciplina Educação Moral e Cívica que pretendia "transmitir à sociedade um conjunto de atitudes e comportamentos representativos de um ideal de 'ordem' estabelecido pelo governo, além de servir como mecanismo de reprodução e legitimação do regime militar." (Rostas; Abreu, 2016, p. 2). Para os ditadores, a utilização de uma repressão no meio escolar serviria de manutenção as ideias capitalistas, com o mesmo intuito de defender a soberania nacional.

Aqui surge com maior intensidade um novo grupo de força política, que ganhou destaque com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1986 (Freston, 1992), quando o Brasil consegue sair da mais longa ditadura da América Latina. Nesse momento assume a presidência o primeiro civil depois de 20 anos, em 1985, indiretamente, mas com o acordo de promover uma Constituinte. Porém, percebe-se que foi dotada de forte participação evangélica, como aponta Freston:

> A eleição do novo Congresso, o qual teria poderes constituintes. Resultou numa nova presença evangélica, tanto em termos quantitativos (número de deputados eleitos) como qualitativos (novas igrejas representadas, novos tipos de 'político evangélico' e novas estratégias de ação parlamentar) (Freston, 1992, p. 21).

É preciso pontuar que os evangélicos não possuíam destaque político antes de 86[3], mas acabaram crescendo exponencialmente e de 2003 a 2007 consolidaram a Frente Parlamentar Evangélica, como forma de melhor se articularem. Ocorre que eles foram ganhando cada vez mais força e espaço, o que desencadeou na legislatura de 2014 a 2018, em que se observou o Congresso mais conservador desde a retomada democrática, o que vem a refletir, futuramente, no impeachment da Presidenta Dilma.

É preciso ressaltar, antes de mais nada, que ainda com o fim do regime militar, a justiça de transição brasileira demorou a ser efetivada. Há quem diga que não houve, na prática, uma justiça de transição, devido à política violenta promovida dentro das instituições do país. A redemocratização[4] passou por um longo processo de 'distensão política' (Codato, 2005) até chegar de fato na primeira eleição direta para presidente da república. Em decorrência do período sombrio que viveu o Brasil até a retomada da democracia, o decreto nº 869/69 só foi revogado em 1993 pela Lei de número 8.663 (Brasil, 1993).

Porém, a ala situada mais à direita que pretendia continuar propagando a doutrinação por meio da educação, em que a religião ocupa papel central, continuou sendo propagada dentro das escolas (Dias, 2007). O que só foi resolvido, em partes, após a Constituição de 88, que em seu artigo 19° proíbe que "todas as instâncias do Estado estão vetadas de estabelecer cultos religiosos" (Brasil, 1988). Contudo, tal ala continuou a difundir o conservadorismo dentro das escolas e utiliza, em contrapartida, o ódio a figura de Paulo Freire.

Uma figura muito importante dentro da educação brasileira é Freire, um dos maiores pedagogos do mundo, o qual teve sérios problemas com os militares. Paulo Freire foi um dos alvos da ditadura militar, foi preso e exilado logo

[3]Apenas em 1986, com a realização da Assembleia Nacional Constituinte e a instituição do Estado Democrático de Direito, positivado no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, o projeto de neocristanda de se tornou público. "Os evangélicos adentraram de vez no panorama político nacional, sendo eleitos nessa época 32 parlamentares e 2 suplentes, sendo 18 pentecostais, com destaque para a Assembleia de Deus" (Sieperski, 1997, p. 54). (De Oliveira; Junior, 2022, p. 5).

[4]Já de início, três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Primeiro, o processo de «distensão política", depois chamado "política de abertura" e, por fim, "transição política", foi *iniciado* pelos militares, e não por pressão da «sociedade civil», ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos *determinados* também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato. (Codato, 2005, p. 83).

após o golpe, pelo fato dele desenvolver um modelo de alfabetização para jovens e adultos, que seria implantado por João Goulart. Além de adverso ao modelo vigente, tal modelo se mostrou profundamente assertivo, o que culminou no episódio conhecido como as "Quarenta horas de Angicos"[5].

Por isso, o novo regime logo percebeu que o modelo freireano não ensinava apenas camponeses e classes mais abastadas a ler e escrever, mas provocava um pensamento crítico e influenciava no agir político da população (Godoi; Dimitrov, 2022). Os militares enxergaram em Freire uma ameaça, uma vez que ele tinha potencial para alfabetizar em curto prazo, o que poderia se converter em votos contra os que detinham o poder, além de barrar as influências de setores econômicos sobre essas pessoas, já que Freire foi intitulado várias vezes como o responsável pela subversão dos menos abastados.

Os últimos anos da década de 70 foram marcados pela propagação das teorias de Freire e os movimentos que lutavam pela redemocratização se utilizaram do arcabouço teórico do Patrono da Educação brasileira para organizar suas frentes de oposição à ditadura militar e a luta pela ascensão da democracia.

Paulo Freire exerceu uma influência significativa na redemocratização do Brasil, principalmente por meio de suas ideias e práticas na área da educação. Embora ele não tenha tido um papel direto na política partidária ou nas negociações da transição democrática, suas contribuições intelectuais desempenharam um papel importante na construção de uma base ideológica para a redemocratização.

A educação como ferramenta de conscientização e o fato de Freire ser conhecido por possuir uma abordagem pedagógica centrada na conscientização, são algumas maneiras pelas quais Paulo Freire influenciou o processo de redemocratização. Ele defende que a educação deveria ser uma ferramenta para capacitar as pessoas a compreenderem e transformarem sua realidade social. Essa abordagem teve um impacto profundo em educadores, ativista e intelectuais no Brasil, que buscavam promover a conscientização política e social durante o regime militar.

O primeiro presidente eleito pelo voto popular pós-ditadura foi Collor, que acabou sofrendo um impeachment, pois não conseguiu construir uma boa rela-

[5]A cidade de Angicos fica localizada no sertão do Rio Grande do Norte e foi o local em que Freire desenvolveu, pela primeira vez, o seu método de alfabetização, de modo a ser oposto ao método bancário, já que para Freire o processo de educação não é neutro e deve ser compreendido em conjunto com a realidade que permeia o estudante.

ção com o Congresso Nacional conservador, o qual permaneceu praticamente o mesmo pós-ditadura. Com a derrubada de Collor, assume o poder o seu vice, Itamar Franco, que conseguiu ajustar em boa parte a economia do Brasil, possuindo Fernando Henrique Cardoso como ministro da economia. Logo, FHC ganhou notoriedade e tornou-se presidente do país, construindo forte aliança com a ala conservadora do Congresso Nacional.

O Brasil, nos anos iniciais do século XXI, viveu uma grande ascensão de políticas sociais que proporcionaram um processo policlassista, o qual favoreceu diferentes grupos econômicos, desde grandes empresários até as classes menos abastadas da população. Porém, esse progresso começou a decair junto com uma crise econômica mundial que levou ao esgotamento das políticas sociais no Brasil e com ela um governo progressista foi substituído, através do impeachment da presidenta Dilma, por um governo conservador, que viabilizou Michel Temer assumir a presidência do Brasil em 2016.

Dessa forma, o golpe foi orquestrado por novos e velhos autores reacionários, mas que possuíam um objetivo em comum: tirar Dilma Rousseff do poder e iniciar um novo período no Brasil, marcado pela mitigação das políticas sociais e econômicas, dos direitos trabalhistas, dos direitos humanos. Planejavam, então, acabar com os progressos que se formaram no começo do século. Esse processo deu espaço, logo em seguida, para o surgimento do bolsonarismo, movimento que surge com a proposta de acabar com a corrupção e, com isso, alavancou os movimentos reacionários no Brasil, que tinham perdido força pós-ditadura.

O Golpe da Presidenta Dilma juntamente com os movimentos de junho de 2013 serviram de pano de fundo para o fortalecimento de politicas e partidos ultraconservadores. A efervescência desse contexto histórico contribuiu no surgimento do que conhecemos por bolsonarismo, uma forma de pensar a politica por um viés ultraconservador, reacionário, e violento, introduzido na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, mas que não se reduz a ela. A perspectiva utilizada nesse artigo remete-se ao bolsonarismo como um movimento neofascista, que não se resume a figura do Bolsonaro, mas a um conjunto de elementos que proporcionaram o surgimento e a consequente ascensão de um governo marcado pelo autoritarismo.

Assim, os movimentos reacionários se reinventam no Brasil por meio do bolsonarismo que tem como uma das maiores características o desvelado da vergonha, uma vez que são proferidos discursos de ódio, intolerância, racismo, xenofobia, ataques a todas as minorias sociais de forma desavergonhada e proje-

tadas por autoridades políticas em diversos espaços e por diversos meios. Logo, é nesse momento que se amplia o ataque ao patrono da educação Brasileira, Paulo Freire, e tentam, por meios diversos manchar o legado de um dos maiores educadores mundiais.

É nesse contexto que os textos e o canal do Youtube de Olavo de Carvalho ganham espaço e acabam influenciando figuras militares, assumindo papel de guru de políticos e sendo admirado por uma parcela da sociedade brasileira. O texto intitulado 'Viva Paulo Freire' é um dos gatilhos para os ataques proferidos contra Paulo Freire, um bom exemplo desses episódios foi apresentado por Godoi (2022) em que ele conta que a página de Freire no portal Wikipédia sofreu várias modificações nas quais se imputa a Paulo a responsabilidade pela baixa qualidade do ensino básico brasileiro além de implantar uma doutrinação marxista nas escolas[6].

Com isso, pretende-se analisar, por meio da teoria de Freire, alguns possíveis apontamentos que poderiam ser utilizados por ele em vida. Como, por exemplo, a ideia de conscientização, que para Freire é preciso perpassar a esfera do conhecimento primário de compreensão da realidade, para possibilitar a observação crítica em que o homem ocupa uma posição epistemológica (Freire, 1979). Ou seja, para ele a mera imagem que propagam dele nada mais é que falta de análise secundária do objeto, falta de aporte crítico para entender as diferenças.

Assim como na ditadura, observa-se situações similares atualmente nos ataques proferidos contra Freire, principalmente, nas acusações voltadas a ele ser comunista e subversivo, corroborando da ideia de que não houve de fato uma reparação histórica da ditadura militar. Logo, Freire passou por dias complicados durante a ditadura e essa mesma frente que o aponta como subversivo se constitui de novas ferramentas para continuar deturpando sua teoria.

[6]Além de Olavo de Carvalho, o MBL (Movimento Brasil Livre), que foi criado e difundido por meio das redes sociais; Escola Sem Partido, que aponta diretamente Freire como uma ameaça a educação brasileira; evangélicos por meio das igrejas neopentecostais, principalmente; bem como de velhos políticos de direita e apoiadores do impeachment da Presidenta Dilma Roussef; os citados corroboraram de forma ativa para o que vem a se desencadear futuramente no Brasil (Mortatti, 2018). Também é importante ressaltar que durante o processo de impeachment da Presidenta Dilma a viúva de Freire, Nita Freire, denunciou Temer por ter sido omisso com as alterações realizadas no perfil de Freire pela rede do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), as mudanças versavam sobre Freire ser manipulador, marxista e atrasado. Em seu texto para denunciar o ocorrido, Nita observou que o Estado brasileiro estava utilizando seus suportes como forma de degradar a imagem de um dos maiores pensadores do Brasil. (Freire, 2016).

Faz-se necessário entender o que é subversão para que se compreenda a contraposição de Freire a qualquer movimento reacionário, seja o atual ou o ditatorial. "Assim afirmo que os homens constroem sua subversividade em comunhão com outros subversivos ou estranhos à luta, a partir de suas condições materiais e históricas quando decidem lutar contra as injustiças." (Rech, 2018, p. 15). Logo, uma pessoa subversiva nada mais é que uma pessoa que luta contra opressões, que não se sujeita aos mandamentos dos opressores, pretende mudar a ordem nas relações de poder.

Dessa maneira, pode-se perceber que a ideia central dos ataques a Paulo Freire é para tentar desqualificar suas obras e seu legado, os subversivos são afugentados em diversos tempos e por diversos meios, principalmente quando vão contra algum tipo de injustiça. Nesse ponto, é necessário discutir sobre a opressão, uma vez que a subversão é uma forma de opressão, nas palavras do próprio Freire:

> Para o opressor, a consciência, a humanização dos outros, não aparece como a procura da plenitude humana, mas como uma subversão. Precisamente porque os oprimidos são 'mal-agradecidos' e 'invejosos', se lhes considera como inimigos potenciais, que é preciso vigiar. (Freire, 1979, p.32).

Por isso, é interessante observar que a subversão é apontada como uma forma de consciência, que escancara a dualidade entre inimigos, um sempre tentará por meio de uma relação de poder, superar o outro e construir por meio dele uma ideia de oposição e afastamento.

Por outro lado, pode-se compreender que toda essa estrutura do poder dominante, da manipulação dos meios de comunicação, das políticas públicas como forma de dominação e não preservação do bem coletivo, bem como o controle da ciência como forma de opressão e subordinação, é chamada por Freire de obscurantismo, termo utilizado para tratar de elementos de domínio por meio de formas de opressão.

Por outro lado, é necessário analisar, durante o ano de 2016, a construção de uma retórica de oposição e a criação de um "pânico moral"[7] por meio da mídia, e como esse antagonismo deu espaço para a ascensão dos movimentos reacionários, conservadores e uma base mais fundamentalista da sociedade brasileira (Carpini, 2018). O pânico é criado por meio da ideia de que os subversivos, principalmente, Freire, incentivam a homossexualidade, o comunismo, a subversão, para se criar um medo dentro das famílias mais conservadoras deste país. Logo, passa a ser definido:

> Como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa: as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorrem-se a formas de enfrentamento ou procura-se desenvolvê-las (Cohen, 1972, p. 9).

Desse modo, para os conservadores a obra de Freire contraria a família tradicional patriarcal. Criou-se esta ideia para aumentar a antipatia das pessoas a Paulo, pois, foi ele um dos maiores defensores da família unida e feliz, mas, sempre ofereceu para seus filhos uma educação pautada no diálogo, como bem aponta o seu filho, quando diz: "O diálogo para os meus pais, Elza e Paulo Freire, era fundamental na família e fora dela. Evidentemente, não existe diálogo sem liberdade, mas nunca libertinagem." (Redin; Streck; Zitkoski, 2015, p. 356).

Então, o aumento dos políticos evangélicos, de uma bancada evangélica, tanto na Câmara quanto no Senado, foi essencial para que eles ganhassem maior notoriedade e pudessem, com maior frequência, propagar inverdades e tentar acabar com o estado de bem-estar social que viveu o Brasil antes do golpe contra a Presidenta Dilma. Os religiosos políticos conseguem dar forma a uma "nova

[7]Assim, considera-se "Pânicos morais" como um conceito que descreve reações exageradas e irracionais da sociedade diante de mudanças sociais, culturais ou políticas que desafiam normas e valores estabelecidos. Esse termo foi cunhado pelo sociólogo Stanley Cohen em seu livro "Folk-Devilsand Moral Panics" (1967) e tem sido amplamente utilizado para analisar discussões sociais em que a mídia, líderes políticos e a opinião pública reagem de forma exagerada e alarmista a algo percebido como uma ameaça à ordem social.

direita", uma direita de oposição ao desenvolvimento social e socioeconômico das classes menos abastadas da população brasileira (Cowan, 2014).

É nesse contexto que surge o movimento "Escola Sem Partido", cunhada na ideia de que a escola é partidarizada, por grupos que desempenha o que Howard Becker (2008) chamou de empreendedores morais, que segundo Miskolci e Campana:

> Tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. (Miskolci; Campana, 2017, p. 730).

Para tanto, salienta-se aqui a importância da educação para toda a sociedade, principalmente a que se constitui de uma formação crítica, democrática, participativa, que visa uma sociedade consciente e que luta contra opressões e tenta modificar a incivilidade, por meio do debate, no meio em que estão inseridos. Logo, é por meio da educação crítica que se planta a semente que contraria a educação bancária[8], acrítica e apolítica, reflexo do modo de educação neoliberal (Bento; Cardoso, 2021), contribuindo para a formação de pessoas que vão contra a ordem vigente.

É por meio da contrariedade a essa forma consciente de educar que se apresentam movimentos que tentam barrar os avanços sociais para perpetuar ainda mais o conservadorismo, com um entrave desproporcional para minimizar os avanços que o Brasil teve nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) em relação a direitos sociais e humanos. Tais movimentos favorecem as desigualdades sociais, como serventes do capitalismo, servem para a reprodução do sistema capitalista e da dominação das classes dominantes, para que o ciclo de dependência não seja quebrado. Além de se colocarem como "resposta à projeção política de demandas de grupos minoritários" (Salles, 2017, p. 21), o que realça seu caráter reacionário e conservador.

[8]Que serve, apenas, para despejar informações nos alunos, formando pessoas que tão só reproduzem informações.

Assim, nota-se que foi por meio dos discursos conservadores que esses movimentos se articularam e ganharam adeptos em um passado recente no Brasil. Articularam-se politicamente, por meio da internet e outros meios de comunicação, entrelaçaram suas pautas dentro do Congresso Nacional por meio de Projetos de Lei que deturpam a imagem de Paulo Freire e pretendem descaracterizar a teoria do mesmo de modo que utilizam as ideias do Patrono da Educação brasileira como um modelo de educação que não deveria ser seguido por ser subversivo e influenciar a insubordinação, indisciplina e desobediência.

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO ENQUANTO EXPRESSÃO DE MOVIMENTOS REACIONÁRIOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Paulo Freire sempre se colocou contrário ao modelo de educação bancária, por isso elaborou um modelo de alfabetização para jovens e adultos adverso ao vigente. Tal modelo se mostrou profundamente assertivo, já que para Freire o processo de educação não é neutro e deve ser compreendido em conjunto com a realidade que permeia o estudante, o que acabou incomodando os militares, durante o período ditatorial, mas que continua incomodando a extrema direita até os dias atuais. Nesse contexto, ocorre o surgimento do movimento Escola sem Partido (ESP).

Inicialmente, faz-se importante entender como surgiu o movimento Escola sem Partido. Os trabalhos iniciaram no ano de 2004, com o intuito de construir mudanças no âmbito escolar, sem qualquer vinculação político-partidária[9]. O fundador do movimento é o advogado Miguel Nagib, que deu início ao movimento para combater a doutrinação nas escolas, o principal meio de divulgação para pais era o meio eletrônico.

> [...] o movimento ESP pretende promover reformas em matéria de educação no Brasil em, pelo menos, três níveis: a) alterações na LDB, por meio da instituição das diretrizes da 'Escola sem Partido' em âmbito nacional; b) aprovar projetos de lei da mesma natureza em vários estados e municípios; e c) estimular o sistema de denúncias e responsabilização de docentes que tenham atua-

[9]A divulgação do movimento, inicialmente, se afirmava como um movimento neutro, mas, veremos que não foi o que realmente aconteceu.

> do de maneira contrária às diretrizes do movimento ESP, apesar de ainda não aprovadas as medidas legislativas. (Liquer, 2017, p 62).

Assim, observa-se que a ideia era transformar em um movimento neutro[10], porém, não é bem isso que o movimento representa, já que parte da ideia que o processo de ensinar e aprender deve ser de forma neutra, no qual o conteúdo programático é repassado e absorvido pelos estudantes de forma acrítica. A ideia é que os estudantes apenas absorvam o conteúdo, sem que o professor utilize sua esfera de opinião, como relatam Silva e Cardoso:

> Fundamentados nessa ideia, os defensores do ESP advogam por uma educação sem doutrinação pois, em seu entendimento, os professores exercem doutrinação sobre seus alunos quando expressam sua opinião e discutem temas relacionados à identidade de gênero, emancipação feminina, racismo, movimentos sociais, manifestações de rua, estudos sobre índios, africanos, direito de greve, entre outros temas afins à realidade social. (Silva; Cardoso, 2018, p. 169).

O criador do movimento, Miguel Nagib, intitula que seu movimento é um advogado da escola e se coloca contra o que ele chama de "contaminação político-ideológica". Porém, o Nagib tem fortes vínculos com a direita, possui grande ligação com o Think-Tank Liberal e Instituto Millenium, que é um grupo de interesses que pretende transformar a sociedade por meio de divulgação e difusão de conhecimento com viés político e ideológico, como observa Moura (2016).

Moura (2016), ainda aponta os livros que foram indicados pelo movimento quando da atividade do site, que ficou no ar entre 2014 e 2017. Vejamos:

[10]Esse pressuposto de neutralidade tem suas raízes no Positivismo de Augusto Comte, que concebia ser a vida social regida por leis universais e invariáveis, passíveis de compreensão através da observação científica neutra, objetiva, livre de ideologias. No século XVIII, o Positivismo de Comte pregava que o objetivo da ciência era o melhoramento da qualidade de vida humana. Daí o seu conhecimento não se subordinar a nenhum interesse de grupos sociais. Decorre do positivismo a defesa de que o saber científico não sofre influência dos valores socioculturais e independe de interesses decorrentes da subjetividade do pesquisador. (Oliveira; Mariz, 2018, p.5)

> No site, encontramos artigos variados com críticas ao modelo de educação (chamado pelos autores de doutrinação) defendido por Paulo Freire, e uma área com links para informações sobre os livros recomendados pelo movimento, chamada de 'Biblioteca Politicamente Incorreta'. Nesta, são indicados apenas quatro livros: O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil (NARLOCH, 2012), o Guia Politicamente Incorreto da América Latina (NARLOCH e TEIXEIRA, 2011), O livro Por uma Crítica da Geografia Crítica (FILHO, 2013) e o livro Professor Não é Educador (WURMEISTER, 2012). (Moura, 2016, p. 27).

Logo, pode-se observar que existe uma forte tensão político-partidária na construção do movimento ao passo que criticavam Freire por ser demasiadamente político. Mas, para Freire, a neutralidade é apenas uma forma de se demonstrar medo frente a algo que precise de comprometimento, "Este medo quase sempre resulta de um 'compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros" (Freire, 1979, p.9). Então, a questão da neutralidade para Freire, não passa de um medo de se comprometer com algum ideal, alguma causa ou para não se ter mais trabalho, tanto de pensar, quanto de contrariar.

Para o criador do movimento ESP, Paulo Freire possuía um projeto marxista que estaria em curso e por isso Nagib afirma que "Paulo Freire era um pedagogo a serviço do Partido dos Trabalhadores." (Rettich, 2018, p. 21), porém, não compreendem que para Freire a educação é política.

> A qualidade de ser política é inerente à sua natureza. É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível não porque professoras e professores 'baderneiros' e 'subversivos' o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. (Freire, 2016, p. 108).

Além disso, para Freire (2016) quando um professor escolhe aderir a uma abordagem neutra, estará sendo político e aderindo ao *status quo*, já que é impraticável que um ser humano seja acrítico, amoral. Logo, quando ele deixa de se vincular a uma ideia para se vincular a outra, mesmo que seja a neutralidade, ele já mostra que escolheu por um lado e nesse caso, quando um professor esco-

lhe por uma abordagem neutra ele está escolhendo seguir a moral daqueles que pagam seu salário e estaria abrindo mão da sua autonomia para servir ao *status quo*.

O movimento Escola Sem Partido tinha como principal feição retirar dos espaços de transmissão de educação e de conhecimento debates de cunho moral, para que a família educasse seus integrantes de acordo com suas culturas e vivências. Para tanto, foi fundamentado no art. 12° da Comissão Americana de Direitos Humanos (CADH) que versa sobre a liberdade de consciência e de religião, o que é no mínimo contraditório, uma vez que o movimento pretende retirar a liberdade do professor (Silva; Cardoso, 2018).

Por esse lado, é que o movimento ESP, não está preocupado com a educação propriamente dita, mas sim, em manter a mesma ordem social, sem pensamento crítico para que não se desenvolvam formas hegemônicas de pensar, para que o debate não se desenvolva nas escolas, para que as crianças, os jovens e os adultos vivam sem questionar o sistema.

O ESP é o espelho de um movimento mascarado e utilizado pra legitimar práticas abusivas por meio de Projetos de Lei que possuem caráter antidemocrático, que serve para dar espaço a movimentos discriminatórios, intolerantes e que conserva as desigualdades[11]. Nessa mesma lógica é que Frigotto entende que o projeto do ESP inverte a ordem do que era observado durante a ditadura, para ele a "pedagogia de confiança e diálogo é substituída pelo estabelecimento de uma nova função para alunos, pais, mães: *dedo-duro*. Muito mais grave do que os vinte e um anos de ditadura civil-militar onde os *dedo-duro* eram profissionais". (Frigotto, 2016, p. 4).

Dessa maneira, o que se pode entender dos discursos proferidos pelos apoiadores do movimento ESP é que a todo o momento eles tentam corromper as verdades sobre a teoria freireana por meio de um discurso taxativo. Esse tipo de desinformação, quando veiculada de maneira padronizada, se converte em

[11]Assim, pode-se dizer que, conquanto se apresente como um movimento neutro, sem ideologia, que busca apenas uma escolarização que proteja as famílias contra doutrinadores políticos e professores inescrupulosos, que corrompem a sexualidade e os valores morais dos estudantes, o Movimento Escola Sem Partido tem outras finalidades: a) cercear, nos espaços escolares, estudos e debates que questionem relações de poder e hierarquias que alicerçam as desigualdades sociais no Brasil e b) negar a alteridade e a diversidade como elementos inerentes à humanidade. (Oliveira; Mariz, 2018, p.5).

uma pós-verdade[12], de modo que "o critério da verdade é abandonado em favor de rumores e opiniões que ajudam na difusão de inverdades e na organização das forças sociais com base em suposições" (Frigotto, 2017, p.9). Nas redes sociais, essas inverdades são reproduzidas, curtidas e compartilhadas, sobretudo por quem não conhece a obra de Paulo Freire.

É necessário observar que o projeto nº 867/2015 não foi o primeiro a tratar sobre esse tema, Flávio Bolsonaro apresentou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 15 de maio de 2014 o PL n° 2.974/2014[13], ou seja, os projetos não tramitaram apenas no Senado e na Câmara Federal, o movimento se dispersou por todo o país e foi se vinculando a outros movimentos da ultradireita, como as manifestações favoráveis ao impeachment da presidente Dilma e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Como forma de combater esses movimentos professores e estudantes criaram o movimento *Professores Contra o Escola Sem Partido,* cujo propósito é defender a liberdade de cátedra dos professores e uma educação democrática alinhada a liberdade de expressão e autonomia dos professores e a liberdade dos alunos para questionar.

É importante observar os dados coletados pelo movimento referente aos Projetos de Lei que tentam implantar o ESP não só na câmara e no senado, mas por todo o país, como aponta Arruda e Nascimento (2020). Até o momento foram propostos 208 Projetos de Lei apresentadas em Câmaras Municipais e Estaduais de tal maneira que 176 desses PL's foram apresentados em Câmaras Municipais.

As cidades com maior número de projetos foram: São Paulo, com 33 PL's; Rio de Janeiro, com 20 PL's e o Paraná, com 25 PL's. Já a análise feita por região, observou que o Sudeste teve 75 projetos, Sul apresentou 55 e o nordeste 49 PL's.

[12] A pós-verdade se apresenta como mais verdadeiro do que a própria verdade. Baseia-se no apelo às emoções e crenças pessoais como sobreposição aos fatos. Atualmente, têm sido bastante evidenciadas a partir das redes sociais com a propagação de fakenews que interferem no processo de apreensão da realidade cultural, educacional, política, de saúde e outras áreas sociais. (Arruda; Nascimento, 2020, p. 54).

[13] Brait (2016) afirma que os Projetos de Lei (PL) 2974/2014 e 867/2014 apresentados, respectivamente, por Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), senador pelo Rio de Janeiro, e Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, impulsionaram a proposição de uma série de projetos de teor similar pelo país. No âmbito federal, o PL 7180/2014, de Erivelton Santana (PATRI-BA), arquivado no final de 2018, também fomentou a submissão de outros que foram apensados a ele, como o PL 867/2015, do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e o PLS 193/2016, do ex-senador Magno Malta (PR-ES), que propuseram incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996) o "Programa Escola Sem Partido". (Sousa; Santos, 2021, p. 5).

Pontua-se que 57 desses projetos estão em tramitação, 41 foram arquivados e 40 entraram em vigor. Importante ressaltar que só não foram encontrados projetos apresentados nos estados de Roraima e no Acre.

Mas o que tanto incomoda esses políticos para que eles se utilizem de projetos de Lei para promover censuras? Seria a forma apresentada por Freire (1996) de uma formação docente atrelado a uma prática educativa que seja progressista e instigue a autonomia dos estudantes? Aparentemente, o que tanto atormenta esses políticos é justamente que as pessoas sejam cada vez mais críticas e pensantes, o que levaria a não aceitação da atuação de muitos deputados e vereadores espalhados pelo Brasil.

Ademais, a oposição de Paulo Freire ao modelo de educação bancária e a criação de seu modelo de alfabetização centrado na realidade dos estudantes causam desconforto, assim como o enfoque político na educação causou descontentamento durante o período ditatorial e continua a gerar polêmicas com a extrema direita atualmente.

Por esse lado, é que se pode deduzir que a preocupação exacerbada dos ultraconservadores com a utilização de um ensino progressista, sugere que eles observam o ensino crítico como uma ameaça a suas posições. Já que "educar para a crítica e para a mudança social diz respeito à promoção de oportunidades, à afirmação coletiva de papéis na responsabilidade, do questionamento de privilégios por parte de cada pessoa" (Simões; Cardoso; Silva, 2022, p. 123). Assim, essas lideranças temem que seus pedestais de sustentação possam ser abalados por tais concepções.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE PARTIDOS CONSERVADORES E A DETURPAÇÃO DA OBRA, IMAGEM E TEORIA DE PAULO FREIRE

Os discursos maldosos contra Freire são encontrados em todos os níveis e lugares, em discursos do ex-presidente da república, dos ex-ministros em redes sociais, e até mesmo em Projetos de Lei. Os projetos mais marcantes que versam sobre o patrono da educação brasileira são todos de 2019 e tentam tirar o título de patrono da educação de Paulo Freire. São eles os PL's de n° 1.930/2019, o PL nº 2.859/2019, o PL nº 3.033/2019 e o PL nº 3.664/2021. É necessário ressaltar que os partidos criadores dos PL's são da base do Partido Social Liberal (PSL) e Partido Liberal (PL).Devido à circunstância de fortalecimento de tais partidos, eles se utilizam de sua influência nacional, principalmente política, para desarranjar a teoria freireana.

Com isso, passa-se, agora, a analisar as justificativas dos Projetos de Lei que pretendiam/pretendem destituir Paulo Freire do título de patrono da educação brasileira, que foram propostos por integrantes do PSL e do PL. Durante as justificativas dos Projetos de Lei é possível compreender duas teses que são utilizadas em todos os projetos, quais sejam: 1) enfoque excessivo, de Paulo Freire, na formação política do aluno, o que podemos chamar de: doutrinação; 2) A calamidade da educação nacional.

Tabela 1
Análise dos Projetos de Lei que tentam destituir Freire do título de Patrono da Educação Brasileira.

ANÁLISE DE CONTEÚDO	PL 3.664/2021; PL 3.033/2019; PL 2.589/2019; PL 1930/2019.	
CATEGORIA ANALÍTICA	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE CONTEXTO
ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI QUE TENTAM DESTITUIR FREIRE DO TÍTULO DE PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	Enfoque excessivo na formação política do aluno	L 3.664/2021: "Paulo Freire, pedagogo endeusado pela esquerda de nosso país, intitulado, em abril de 2012, Patrono da Educação Brasileira, para delírio dos marxistas do país capitaneados pela então Presidente Dilma Rousseff." (grifos nossos). PL 3.033/2019: "O historiador brasileiro Thomas Guiliano, na obra "Descontruindo Paulo Freire", dentre vários espectros que aborda, demonstra que Paulo Freire tem uma retórica dócil e amável diante de tiranos criminosos como Stálin, Lênin, Mao TséTung, Fidel Castro e afins." (grifos nossos). PL 2.589/2019: "Na sua obra, Paulo Freire preocupou-se tão somente discutir formação política e relegou a segundo plano os verdadeiros desafios da educação. O autor pouco se dedicou a analisar e oferecer caminhos aos docentes sobre recursos da ciência pedagógica, capazes de instrumentalizar as práticas em sala de aula e garantir conhecimento específico para o exercício do trabalho docente." (grifos nossos). PPL 1.930/2019: "Ao introduzir um modelo pedagógico que reverte a ordem no ambiente escolar, Freire institui o método marxista crítico, em que o aluno deve quebrar a posição superior do mestre, questionando-o, insurgindo-se contra aquele que detém o conhecimento, ao que chamou de "educação libertadora" (grifos nossos).

	A calamidade da educação nacional.	PL 3.664/2021: "Além de ineficiente, conforme demonstrado no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), maior estudo sobre educação do mundo, o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação." (grifos nossos). PL 3.033/2019: "A revogação da lei que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira se impõe diante da calamidade da educação nacional." (grifos nossos). PL 2.589/2019: "Paulo Freire era adepto da teoria marxista e da sua aplicação na educação por meio da chamada "pedagogia do oprimido"- teoria essa de larga aplicação na educação nacional, desvirtuando a sua finalidade essencial para convertê-la na mera defesa de uma ideologia." (grifos nossos). PL 1.930/2019: "Ao introduzir um modelo pedagógico que reverte a ordem no ambiente escolar, Freire institui o método marxista crítico, em que o aluno deve quebrar a posição superior do mestre, questionando-o, insurgindo-se contra aquele que detém o conhecimento, ao que chamou de "educação libertadora"." (grifos nossos).

Fontes: Dados produzidos pela autora.

Passa-se, então, à análise do primeiro PL tratado aqui, o de nº 3.664/2021, coincidência ou não, esse PL foi proposto por um Coronel, filiado ao Partido Liberal, que possui uma narrativa de ataque a Paulo Freire sobre vários pontos. No primeiro ponto o Coronel relata que Paulo Freire é um "Patrono politicamente esculpido, porém, intimamente oco" (Brasil, 2021), mas o que ele quer dizer com isso? Aqui, demonstra-se que o Coronel discorda dos posicionamentos de Freire e o percebe como uma pessoa vazia de ideias.

Mas, quem é o Coronel Tadeu? A quem ele serve? Costa (2018) faz uma análise acerca do Coronel Tadeu e revela algumas coisas sobre o mesmo: foi um dos primeiros coordenadores da campanha de Jair Bolsonaro, Para Costa (2018) ele é uma espécie de "general Mourão".

O coronel aponta, ainda, que a má educação pública do país é culpa do Patrono da Educação brasileira, além de acusar freire de querer "estabelecer as bases de uma revolução socialista no Brasil" (Brasil, 2021), para mais, imputa que Freire utiliza sua teoria para "demonizar a família e a autoridade paterna" (Brasil, 2021). Porém, é necessário compreender aqui, que o método freireano nunca foi aplicado nas escolas brasileiras, nem como uma política de governo e muito menos como política de Estado. Ao contrário disso, a educação dominante no Brasil é uma educação continuada, que está longe de ser uma formação freireana.

Logo após ele, o Deputado Tadeu fala sobre o fato de que Freire teve a oportunidade de pôr em prática suas "ideias copiadas da tradição teórica marxista". Foi secretário de educação de São Paulo na gestão de Luiza Erundina. Porém, é

fato que o Coronel não pesquisou sobre o assunto antes de criticar Paulo Freire, visto que:

> Os primeiros resultados da política educativa são positivos. A taxa de retenção foi aumentada de 77,45% em 1988 para 81,31% em 1990 – o melhor índice dos últimos dez anos. A imprensa paulista, a partir de suas próprias pesquisas, informa que Secretaria de Educação de São Paulo é o órgão mais popular da Prefeitura Municipal. Os salários do magistério têm sido melhorados substantivamente – talvez seja este um dado que explique a maior produtividade do sistema. (Gadotti; Torres, 1991, p. 5).

Agora, analisam-se os elementos trazidos pelo PL nº 1.930/2019,de relatoria do deputado Heitor Freire, que logo no início do seu projeto relata sobre a titulação de Paulo Freire como patrono da Educação e liga a titularidade dele ao governo Dilma que segundo ele foi: "vergonhosamente retirada daquele cargo não só pela via democrática, mas pela imposição natural da moralidade." (Brasil, 2019a) Esse trecho revela muito sobre o cenário político da época e também sobre os posicionamentos do Deputado.

Algumas considerações podem ser retiradas desse trecho, a primeira é que claramente o deputado se coloca em uma posição contrária a Paulo Freire e a Dilma, no momento em que os coloca do mesmo lado. O outro apontamento é sobre a expressão 'imposição natural da moralidade", aqui ele se refere aos discursos proferidos pelos deputados na votação do impeachment da Presidenta Dilma, os quais dedicaram seus votos a moral, votaram com base em Deus, nas suas respectivas igrejas e na família tradicional brasileira, como aponta Romancini (2018).

Heitor Freire, na época da proposição do projeto de Lei era deputado pelo PSL, ainda é importante observar que o Deputado é evangélico, nasceu dessa "nova direita", religiosa e cristã, que para os estudiosos brasileiros que observam esse fenômeno apontam que existe um arranjo entre cultura e moral, como uma reação ao que se chama de Estado de bem-estar social, como aponta Cowan (2014). Logo, a atuação parlamentar dos deputados dessa "nova direita" é, justamente, ser o oposto do que se compreende como progressista, assim, o oposto a Freire.

Foi dessa forma que os grupos evangélicos assimilam os cargos legislativos como forma de poder, já que as normas brasileiras são criadas pelo legislativo, ou seja, quanto mais força eles possuírem nesses espaços, mais influentes serão na produção da norma. Por isso, as campanhas e os apoios para eles são construídos dentro das igrejas, uma vez que a força da instituição é mais vultosa do que o carisma do político, como aponta Silva (2021).

Dessa maneira, compreende-se que os Projetos de Lei propostos por essa parcela dos legisladores serão em maior ou menor grau reflexo da doutrina que eles carregam junto aos partidos e religião que integram. Logo, criticam Freire por ter um viés político, voltado à esquerda, mas são como o próprio Freire pontuou, seus antagonistas, e passam a ganhar destaque, também, por uma questão de política nacional, a qual incentiva a ocupação religiosa na esfera política, como compreende Romancini (2018).

Da mesma maneira dos evangélicos, são associados a eles, as bancadas rurais e bancada dos políticos que defendem o armamento civil (também defendido pelo Ex-Deputado Heitor Freire), popularmente conhecidos como o grupo BBB (Bíblia, Boi e Bala). Todos possuem alinhamento político atrelado à extrema-direita, a valores religiosos e possuem caráter extremamente conservador, como percebem Quadros e Medeiros:

> Defensores de valores cristãos, da preservação do status quo nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro (a chamada 'bancada BBB' – Bíblia, Boi e Bala), ao passo que bancadas simpáticas às pautas 'progressistas' sofreram sensível redução. (Quadros; Medeiros, 2018, p. 492).

No mais, o Ex-deputado atrela no seu projeto Freire a uma pessoa de esquerda e que incentiva a balbúrdia e a insubordinação. Porém, não é pelo fato de Freire ser uma pessoa de esquerda que sua teoria será inválida, Paulo tem diversas contribuições significativas para a educação. Como, por exemplo, o diálogo na sua teoria pode ser um grande aliado para compreender os fenômenos descritos anteriormente, por meio da elaboração de "[...] uma nova visão epistemológica a partir da produção do conhecimento de forma dialógica, intersubjetiva e dialeticamente aberta para o dinamismo da vida". (Redin; Streck; Zitkoski, 2015, p. 188).

Assim, para o patrono da educação brasileira é por meio do diálogo que se observa o mundo e a existência humana como forma dinâmica em sociedade, como uma ação, desenvolvimento, uma realidade inconclusiva e sempre passando por transformações (Freire, 1999). Observa-se, então, que a forma de dialética de Freire, está muito mais associada a como se problematiza sua própria vida, existência, modo e local de vida, para ele o falar e o ouvir são formas de conhecer o mundo.

> Em Freire há visão dialética diferenciada em relação à tradição moderna. De uma forma distinta dos clássicos da dialética moderna (Hegel e Marx), há em seu pensamento uma significativa diferença no modo como fundamenta o processo dialético da vida humana em seu todo, pois parte da realidade concreta dos seres humanos desumanizados com o objetivo de problematizar seu mundo através do diálogo crítico e transformador das culturas. (Redin; Streck; Zitkoski, 2015, p. 232).

Logo, quando crucificam Paulo Freire por ser um pensador mais à esquerda, esquecem que estão se colocando como antagônicos nesse processo, ou seja, além de julgá-lo apenas por pensar diferente, se utilizam de um viés político para contrapor. Obviamente, não há nada de neutro na abordagem supracitada, na qual os partidos de extrema direita como o PSL e o PL se colocando contra a teoria de um pensador com intuito de deslegitimar sua teoria por meio político, como bem aponta Freire no seu livro *Pedagogia da Esperança*: "Criticavam em mim o que lhes parecia minha politização exagerada. Não percebiam, porém, que, ao negarem a mim a condição de educador, por ser demasiado político, eram tão políticos quanto eu. Certamente, contudo, numa posição contrária à minha." (Freire, 1999, p. 5).

Então, para compreender melhor o que Freire pensa sobre a direita, consta no livro *A Pedagogia do Oprimido*, o pensamento de Freire sobre o que é sectarização de direita, que é justamente o fanatismo, enquanto para ele a radicalização é uma forma de criticidade. Em suas próprias palavras, "enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora." (Freire, 1999, p. 13). Assim, para ele, a sectarização de direita transforma-se em irracionalidade, uma vez que transforma o real em irreal, o que se torna um empecilho

para superar opressões, daí a necessidade do cuidado quanto à transformação do revolucionário em reacionário por se perderem na sectarização. (Freire, 1999).

Além do exposto, é importante pontuar que para Freire (1979) a educação desempenha um papel político, uma vez que a educação deve ser a base para a autonomia do ser, para que ele consiga observar e compreender o seu entorno por meio de suas vivências e experiências, sem esquecer-se de praticar a conscientização como meio de ruptura com os meios de exploração. Por isso que, para ele, devem-se respeitar todas as formas de conhecimento, logo, é uma forma de educação democrática e não sobre disputas entre direita ou esquerda.

Pode-se perceber que durante o período de 2015 a 2020 se intensificou a utilização do "pânico moral" (Carpini, 2018), que utilizou fundamentos distópicos para criar medo e aversão sobre doutrinas específicas e para descredibilizar e angariar mais espaço na política. Essa foi a estratégia dos reacionários, amedrontar para ganhar espaço em um local que vinha a um bom tempo "vago", já que a direita perdeu muito espaço para os partidos de esquerda nos anos anteriores a 2015. Assim, quando se referem ao enfoque excessivo na formação política do aluno, eles querem na verdade atrelar Paulo Freire a sua concepção política. Vinculam Freire ao comunismo, marxismo, socialismo e não apenas isso, mas, entendem que estas correntes estão atreladas a indisciplina, insubordinação e as deficiências educacionais.

Já no tocante ao Projeto de Lei de n° 2.589/19 da Deputada Federal Caroline de Toni (PSL/SC), observa-se o mesmo discurso dos dois projetos anteriores, mas põe-se em destaque aqui a frase em que ela diz: "Paulo Freire preocupou-se tão somente discutir formação política e relegou a segundo plano os verdadeiros desafios da educação" (Brasil, 2019b). Porém uma das pautas da deputada no congresso diz respeito à "ideologia de gênero", que para a mesma deveria ser proibida nas escolas, ou seja, para a autora existe um "potencial destrutivo da 'ideologia de gênero' no esteio dos bancos escolares." (Silva; Menezes, 2021, p. 26). Logo, observa-se que para ela Paulo renega a educação, mas a preocupação dela sobre a ideologia de gênero[14] nas escolas é mais importante do que a educação em si.

[14]No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero. (Reis; Eggert, 2017, p. 17).

Observa-se, então, que no PL de n° 2.589/19, o uso dos termos ”formação política”; “enfoque excessivo na formação política do aluno”; “Paulo Freire era adepto da teoria marxista”, o que coloca Freire como antagonismo do que a deputada compreende como certo, logo, ela se utiliza da sua ideologia para negar outras.

A educação para Caroline deveria ser “apartidária”, mas a pergunta é: ela quer uma educação apartidária ou uma educação em que os estudantes possuam uma formação conservadora? Ela pretende destituir Paulo Freire como patrono da educação brasileira para dar lugar a que tipo de projeto político? Uma vez que, quando ela destitui o Patrono da Educação, influi-se que ela possua outro em mente.

Além do mais, a deputada cria um discurso ideológico com a delimitação do seu viés cristão, toda a linguagem utilizada por ela caminha para um alinhamento político e ideológico com a extrema direita, com os pensamentos reacionários e a reprodução de um conservadorismo exacerbado, como mesmo aponta Silva e Menezes:

> Nesse sentido, o regime de verdade em que se ancora o discurso da postagem constitui o modo de enunciar dar eligião cristã na sua imbricação no debate político. Pelas grades de especificação de que fala Foucault (2010), observamos que o objeto de discurso “ideologia de gênero” é inserido numa posição contrária a um ensino que seria considerado moralmente saudável, pois a deputada classifica a presença desse objeto na escola como sendo nefasta e, por isso, necessária de ser combatida via dispositivos normativos, como a lei. (Silva; Menezes, 2021, p. 26).

Entendo aqui, que seu projeto político, como o dos deputados anteriores, é o de criar a figura de um inimigo, que possa ser utilizado como um exemplo a não ser seguido e o que deve ser combatido, um inimigo construído para ser acusado de tudo aquilo que na visão deles não presta. No caso de Paulo Freire ele não é simplesmente julgado por ter determinadas ações, mas por possuir uma ideologia diferente daquela dos que o atacam, como bem observa Aguiar:

> Os inimigos objetivos não são julgados pelas suas ações ou opiniões, mas pelo crivo ficcional proveniente da ideologia e podem

> ser encontrados, conforme as circunstâncias, no judeu, no polonês, nos ciganos, nos doentes etc. O inimigo objetivo é o "resto" dos humanos alimentadores da voracidade mortal do regime. (Aguiar, 2008, p. 84).

Por último, compreende-se aqui alguns apontamentos sobre Carlos Jordy, relator do PL de n° 3.033/2019e parlamentar eleito pelo PSL/RJ, como um dos deputados mais bem votados do Rio de Janeiro nas eleições de 2022. Seu envolvimento político começou de 2016 quando foi eleito vereador pela cidade de Niterói fazendo a campanha voltada para as ideias de Jair Bolsonaro, além disso:

> Protagonizou conflitos com movimentos sociais e o corpo docente e discente da Universidade Federal Fluminense (UFF) durante as manifestações contra o governo de Michel Temer. Jordy se define como um militante pelo fim da 'dominação marxista' nas escolas e universidades. (Paolino; Puglia, 2021, p. 112).

O deputado supracitado é um dos defensores do armamento civil, da diminuição da maioridade penal, fiel defensor da tese de que bandido bom é bandido morto. É claro seu posicionamento político e o que levou o deputado a apresentar o PL de n° 3.033/2019, é apenas um pouco mais do mesmo, seus apontamentos são iguais aos dos outros deputados. O parlamentar quer a todo custo negar tudo aquilo que for contrário a sua ideologia e de modo autoritário quer impor sua visão para a população brasileira.

Ao compreender as teses utilizadas nos PL's são perceptíveis que a todo o momento durante as justificativas eles criam uma imagem de Freire como um doutrinador de esquerda, que utiliza sua teoria como forma de propagar sua opinião política, ou seja, o fato dele ser de esquerda, para os deputados do Partido Social Liberal e do Partido Liberal, desvalida toda a sua contribuição acadêmica para a pedagogia brasileira.

Desse modo, para os deputados, Freire é um doutrinador marxista, além de remeter sua imagem a uma pessoa que é indisciplinada, que instiga a balbúrdia, a subversão, sem contar que o culpam pelo déficit da educação pública. O que se observa desses apontamentos dos Projetos de Lei, é que a ideia de Freire ser um símbolo da esquerda, acaba desvalidando toda a sua teoria (Ferrari, 2021).

Destarte, existe uma forte aproximação entre os quatro projetos de lei, ao ponto em que todos os PL's são propostos por deputados da mesma bancada e apoiadores do ex-presidente, Bolsonaro, o PSL (Partido Social Liberal) e o PL (Partido Liberal), e todos apresentados no durante o governo Bolsonaro, período em que a extrema-direita ganha força elegendo um presidente e uma bancada mais conservadora tanto para o Senado, como para a Câmara dos Deputados.

A transferência da culpa da baixa qualidade do ensino brasileiro para Paulo Freire é descabida e sem fundamento, apenas utilizam Freire como bode expiatório, pois necessitam colocar a culpa em alguém, então, se utilizaram dos escritos de Paulo para descontextualizar suas falas e utilizá-las como exemplo a não ser seguido, logo, constroem sobre ele a figura de um inimigo, que deve ser combatido a todo custo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa pretende-se analisar a trajetória do conservadorismo no Brasil, desde sua influência pela Igreja Católica até o surgimento do bolsonarismo, e como esses fatores levaram a Paulo Freire ser colocado como alvo de ataques por parte dos movimentos reacionários devido às suas ideias educacionais. Também é importante pontuar que se discute a influência de políticos, evangélicos e o movimento "Escola Sem Partido" na tentativa de moldar a educação de acordo com visões conservadoras, como esses movimentos buscam manter o *status quo* e reprimir qualquer forma de subversão.

Além disso, aborda a oposição de Paulo Freire à educação bancária, e as possíveis críticas de Freire ao movimento Escola Sem Partido bem como a controvérsia em torno da neutralidade na educação. O ESP é discutido como um movimento supostamente neutro, mas com ligações políticas e ideológicas, que visa "evitar" doutrinação nas escolas. No entanto, argumenta-se que o ESP busca manter a ordem social existente, inibindo o pensamento crítico. Ademais, a criação do movimento "Professores Contra o Escola Sem Partido" se coloca como uma resposta à ameaça do ESP à liberdade de ensino, propagados dos Projetos de Lei em várias partes do Brasil.

Além do mais, foi realizada a análise de quatro Projetos de Lei que criticam Paulo Freire e sua contribuição para a educação brasileira. Esses projetos são propostos principalmente por membros do Partido Social Liberal (PSL) e do Partido Liberal (PL) e têm como objetivo desqualificar Freire por ser, segundo os propositores um 'doutrinador marxista', culpá-lo pela baixa qualidade da

educação pública e tentam substituí-lo como patrono da educação brasileira. No entanto, essas críticas são politicamente motivadas e desconsideram as contribuições significativas de Freire para a pedagogia brasileira, além de usá-lo como um bode expiatório para problemas mais amplos na educação do país.

Conclui-se, então, que o incômodo dos políticos com a educação progressista de Freire pode estar relacionado à busca por uma população mais crítica e consciente. Desse modo, este projeto reacionário, conservador, antidemocrático não busca apenas a deturpação da imagem e obra de Paulo Freire, mas a aniquilação da liberdade de expressão e a formação crítica. Logo, percebe-se que não é um ataque isolado a Paulo Freire, mas a uma forma de pensar e agir democraticamente.

RECEBIDO em 14/03/2023
APROVADO em 28/07/2023

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. A amizade como amor mundi em Hannah Arendt. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 28, p. 73-88, 2010.

ARRUDA, Robson Lima de; NASCIMENTO, Robéria Nádia Araújo. Paulo Freire perseguido: a pedagogia freireana na mira do Escola Sem Partido. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 47-74, 2020.

BECKER, H. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Ana Beatriz Albuquerque; CARDOSO, Fernando da Silva. Education in rights and citizenship instruction: epistemic elucidation as from Paulo Freire. **International Journal for Innovation Education and Research**, v. 9, n. 4, p. 22- 28, 2021. Disponível em: https://scholarsjournal.net/index.php/ijier/article/view/3013 . Acesso em 11 de set de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 3664/2021**. Declara Branca Alves de Lima patrona da educação brasileira e revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 1930/2019**. Revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril 2012, que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. 2019a.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei n° 2859/2019**. Altera a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão), e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei geral de licitações e contratos), para dispor acerca da pesquisa de preços nas contratações públicas. 2019b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n° 3033/2019.** Declara São José de Anchieta patrono da educação brasileira e revoga a Lei nº Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012. 2019c.

CARPINI, Michael. Delli. Alternativefacts: Donald Trumpandtheemergence of a new US media regime. **Trump and the media**. Cambridge, MA, p. 17-24, 2018.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, Paraná, p. 83-106, 2005.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics**: the creation of mods and rockers. London: Mac Gibbon&Kee, 1972.

COSTA, Breno. Quiénesquién em elejército de Jair Messias Bolsonaro. **Nueva Sociedad**, 2018. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/quien-es-quien-en-ejercito-de-jair-messias-bolsonaro/ . Acesso em 06 de set de 2023.

COWAN, Benjamin Arthur. Nosso terreno: crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, jan./abr. 2014.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitoshumanos como princípio educativo. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (org.). **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, p. 441-456, 2007.

FERRARI, D. G. Paulo Freire em três projetos de lei. **Revista Latino americana de Estudiosdel Discurso**, v. 21, n. 2, p. 49–66, 2021.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Educação da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31. ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira**. Curitiba: Editora Encontrão,1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.
FRIGOTTO, Gaudêncio. "Escola Sem Partido": imposição da mordaça aos educadores. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016.
GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. "Paulo Freire, Administrador Público. A Experiência de Paulo Freire na Secretaria da Educação da Cidade de São Paulo [1989-1991]." *In*: FREIRE, Paulo**. A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009.

GODOI, Rodolfo; DIMITROV, Eduardo. A construção de Paulo Freire como inimigo nacional. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 315-343, 2022.

LIQUER, Isabella Ribeiro. **Educação e Cidadania:** reflexões sobre a (in)constitucionalidade do projeto de lei brasileiro "Escola sem Partido". 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto, 2017.

MAZZA, Débora; SPIGOLON, Nima Imaculada. Educação, exílio e revolução: o camarada Paulo Freire. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 3, n. 7, p. 203-220, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017.

MOURA, Fernanda Pereira de. **"ESCOLA SEM PARTIDO":** Relações entre Estado, Educação e Religião e os impactos no Ensino de História. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. Alfabetização, política e democracia: impactos do passado em pactos do presente (em defesa de paulo freire como "patrono da educação brasileira"). **Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade**, v. 5, n. 10, p. 5-32, 2018.

OLIVEIRA, Heli Sabino de; MARIZ, Débora. Movimento Escola Sem Partido: uma leitura à luz de Paulo Freire. **Educação UFSM**, Santa Maria, v. 44, 2018.

OLIVEIRA, Jordana Cristina Gil de; FREIRE JUNIOR, João. A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro. **Revista Reflexão**, Campinas, v. 47, p. 2-9, 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos, 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAOLINO, Tayná; PUGLIA, Leonardo. Autoritarismo e democracia nos discursos de parlamentares do PSL na câmara dos deputados. **Revista Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 98-117, 2021.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, p. 486-522, 2018.

RECH, Rogerio. **A subversividade em Paulo Freire**: um espectro nos ronda, o fantasma das ditaduras no Brasil e na Argentina. 2018. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Paraná, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, p. 09-26, 2017.

RETTICH, Juliana Silva. **Do visor na porta das salas de aula à mordaça nos professores:** uma análise discursiva das redes conservadoras do Escola Sem Partido - Projeto de Lei 867/2015. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudo de Língua) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROMANCINI, Richard. Do "Kit Gay" ao "Monitor da Doutrinação": a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018.

ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães; ABREU, Alexandre Kerson de. O discurso pedagógico na ditadura militar: Educação Moral e Cívica & currículo escolar. **Revista do Centro de Educação**, v. 41, n. 2, p. 387-398, 2016.

SALLES, Diogo da Costa. A concepção pedagógica e o projeto educacional conservador e reacionário do Movimento Escola Sem Partido: uma crítica a partir da função de subjetivação do processo de ensino-aprendizado. **RevistAleph**, Niterói, n. 28, p. 64-87, jul. 2017.

SILVA, Camylla Galindo Cezar de Oliveira; CARDOSO, Fernando da Silva. Lições sobre democracia e cidadania a partir da análide do movimento escola sem partido. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**, Rio Grande do Sul, ano XXVII, n. 50, p. 164-182, jul./dez. 2018.

SILVA, Francisco Vieira da; MENEZES, Rafael Danrley Barra de. Discursos sobre a "ideologia de gênero" em postagens de deputados federais do PSL no Instagram: da formação do objeto às implicações no ensino. **Revista Educação e Linguagens**, v. 10, n. 20, p. 7-37, 2021.

SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da.**Catolicismo, poder e tradição:** um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961). 2006. Dissertação (mestrado), Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

SILVA, Mauro Sérgio Santos da.**A relação entre educação e política a partir de Hannah Arendt: uma reflexão acerca do fenômeno "Escola sem partido".** 2021. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SIMOES, H. C. G. Q. ; CARDOSO, F. S. ; SILVA, A. M. M. . Educação em direitos humanos, formação de sujeitos de direito e dignidade humana: fundamentos teóricos, epistêmicos e políticos. **Revista Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande do Sul, v. 31, p. 116-134, 2022.

SOUSA, Jennifer Carolinede; SANTOS, Thiago Araujo. A contemporaneidade da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire frente ao "Escola Sem Partido". **Olhar de Professor**, Paraná, v. 24, p. 1-24, 2021.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org). **Dicionário Paulo Freire**. São Paulo: Autêntica, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.